



**AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES PARA OS SEGUNDO E
TERCEIRO PERÍODOS DO ANO LETIVO 2021/2022**

CADERNO DE ENCARGOS

janeiro 2022



ÍNDICE GERAL:

1 - CLÁUSULAS JURÍDICAS

2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



1 - CLÁUSULAS JURÍDICAS



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a Objeto

O objeto do contrato a celebrar consiste na **Aquisição de Passes Escolares para os segundo e terceiro períodos do ano letivo 2021/2022**, com o **CPV 60112000-6 (Serviços de transporte público rodoviário)**, com observância das especificações técnicas contidas no presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a Preço base

- 1 – O preço base do presente procedimento é de **115.140,00€** (cento e quinze mil cento e quarenta euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que.
- 2 – O preço máximo unitário por passe escolar encontra-se referido na cláusula 3.^o das Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 3.^a Elementos do Contrato

- 1 – O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) O clausulado contratual;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;
 - c) Os esclarecimentos que venham a ser prestados;
 - d) A proposta adjudicada, com todos os elementos que a integram;
 - e) Os eventuais esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 2 – Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas *b)* a *e)* do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.^o do Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado CCP, e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.^o do referido Código.
- 4 – O contrato será obrigatoriamente outorgado pelo representante legal da entidade adjudicante, especificando os direitos e obrigações que assistem a cada uma delas.



Cláusula 4.^a
Prazo de vigência do Contrato

O contrato tem início na data da sua assinatura e vigora até ao final do ano letivo 2021/2022, num total estimado de 114 dias de transporte.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 5.^a
Obrigações do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Obrigação de prestar os serviços identificados no presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de cumprir a prestação do serviço no prazo e horário estabelecido;
- c) O prestador de serviços na execução do serviço objeto do presente caderno de encargos terá que cumprir escrupulosamente todas as recomendações da Direção Geral de Saúde que existam atualmente e que venham a ser decretadas durante a vigência do contrato.

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a
Encargos gerais

1 – Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.

2 – Constitui, nomeadamente, responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte.

3 – São também da responsabilidade do adjudicatário:

- a) Todas as multas/coimas ocorridas do adjudicatário;
- b) Todas as reparações, revisões e inspeções periódicas com a viatura.



4 – O disposto no número 2 da presente cláusula, aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.

Cláusula 7.^a
Garantia de qualidade

O serviço a prestar garantirá elevados padrões de qualidade, particularmente no que diz respeito à segurança e ao conforto dos utentes, bem como quanto ao cumprimento dos horários, devendo este, ser ajustado o melhor possível aos praticados pelo estabelecimento de ensino.

Cláusula 8.^a
Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.^a
Prazo do dever de sigilo

O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 10.^a

Preço contratual

Pela prestação de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato, a entidade adjudicante paga ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

- 1 – A empresa adjudicatária deverá apresentar ao município, mensalmente, fatura correspondente aos serviços de transporte escolar realizados nesse mês.
- 2 – As quantias devidas pelo Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 – Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Não há lugar a pagamentos adiantados nem revisão de preços.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

- 1 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de S. João da Pesqueira, pode exigir-lhe uma pena pecuniária correspondente a 20% do valor total do presente procedimento.
- 2 – No caso do adjudicatário não cumprir o estipulado no presente caderno de encargos, ou cumprir o mesmo de forma defeituosa, ficará desde logo aberta a possibilidade do Município de S. João da Pesqueira aplicar penalidades ao mesmo, podendo essas penalidades atingir o máximo de 20% do valor contratual, sendo as mesmas comunicadas por meio de comunicação escrita ao adjudicatário.
- 3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de S. João da Pesqueira, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.



4 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de S. João da Pesqueira, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a
Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO

Cláusula 16.^a

Caução

Para a execução do contrato não é exigível caução, conforme disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 17.^a

Subcontratação

A subcontratação pelo adjudicatário e cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.^a

Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia de qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.^a

Deveres de informação

1 – Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução



do contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.

2 – Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 20.^a
Notificações e comunicações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no contrato.

2 – Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes indicado no contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

Cláusula 22.^a
Lei aplicável

O Contrato é regido pela lei portuguesa e, em particular, pelo CCP, que se aplica em toda a matéria omissa no presente clausulado.



2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 1.^a
Horas a prestar por equipamento

O objeto do presente procedimento consubstancia-se na Aquisição de passes escolares para os segundo e terceiro períodos do ano letivo 2021/2022.

Cláusula 2.^a
Descrição do Circuito

Pelo presente contrato e durante a vigência do mesmo, o adjudicatário obriga-se a efetuar, de segunda-feira a sexta-feira, durante o período referido na Cláusula 4.º das Cláusulas Jurídicas do presente Caderno de Encargos, o serviço em Carreiras Públicas e Aluguer, de acordo com os seguintes percursos e horários:

CIRTCUITOS	PERCURSO	HORÁRIOS	
		SAÍDA	CHEGADA
CIRCUITO N.º 1	Pereiros, Vilarouco - S. João da Pesqueira	08.17	08.40
	S. João da Pesqueira – Vilarouco, Pereiros	17.35	17.58
CIRCUITO N.º 2	Bateiras, Casais do Douro, Sarzedinho, Ervedosa do Douro – S. João da Pesqueira	07.50	08.45
	S. João da Pesqueira – Ervedosa do Douro, Sarzedinho, Casais do Douro, Bateiras	17.35	18.30
CIRCUITO N.º 3	Ôlas, Vale de Figueira, Vale de Vila – S. João da Pesqueira	07.55	08.40
	S. João da Pesqueira – Vale de Vila, Vale de Figueira, Ôlas	17.35	18.20
CIRCUITO N.º 4	Nagoselo do Douro, Soutelo do Douro – S. João da Pesqueira	08.10	08.40

	S. João da Pesqueira – Soutelo do Douro, Nagoselo do Douro	17.35	18.00
CIRCUITO N.º 5	Castanheiro do Sul, Espinhosa, Várzea de Trevões – S. João da Pesqueira	07.35	08.25
	S. João da Pesqueira – Várzea de Trevões, Espinhosa, Castanheiro do Sul	17.40	18.30
CIRCUITO N.º 6	Riodades, Vale de Penela, Paredes da Beira, Trevões, Valongo dos Azeites – S. João da Pesqueira	07.40	08.30
	S. João da Pesqueira – Valongo dos Azeites, Trevões, Paredes da Beira, Vale de Penela, Riodades	17.35	18.25
CIRCUITO N.º 7	S. João da Pesqueira, Espinho – S. João da Pesqueira	08.35	08.45
	S. João da Pesqueira – Espinho, S. João da Pesqueira	17.30	17.40
CIRCUITO N.º 8	Nagoselo do Douro, Soutelo do Douro – S. João da Pesqueira	08.35	09.00
CIRCUITO N.º 9I	S. João da Pesqueira, Espinho – S. João da Pesqueira	08.40	08.50
	S. João da Pesqueira – Espinho, S. João da Pesqueira	17.30	17.40

Cláusula 3.ª

Valor por Viagem do Passe Escolar

O valor máximo por viagem no passe escolar é o referido nas seguintes tabelas:



Preço Máximo por Viagem em Passe Escolar

Localidade	Valor
Castanheiro do Sul	2,663€
Pereiro	2,513
Ervedosa do Douro	1,575
Espinhosa	2,513
Nagoselo do Douro	1,688
Espinho	0,788
Paredes da Beira	2,513
Pereiros	1,950
Vale de Penela	2,663
Riodades	2,85
São João da Pesqueira	0,788
Soutelo do Douro	1,575
Trevões	2,1
Vale de Figueira	1,763
Vale de Vila	1,688
Valongo dos Azeites	1,95
Várzea de Trevões	2,513
Vilarouco, Vidigal e Senhora da Estrada	1,688
Sarzedinho	2,213
Casais do Douro	2,1
Ólas	1,95